

# IMPrensa ALTERNATIVA NA DITADURA BRASILEIRA: O CASO CHANACOMCHANA

Dri Azevedo

Em 1980, José Wilson Richetti assumiu a delegacia da polícia do centro da cidade de São Paulo. O policial civil, que ganhou, posteriormente, a fama de ser um dos mais cruéis agentes do regime ditatorial brasileiro, foi classificado pelo colunista da *Folha de S. Paulo*, Vicente Vilaradaga, em texto publicado em 20 de junho de 2024, como “um preconceituoso empedernido que posava de paladino antiaids, que tentou limpar a cidade de tudo que fosse considerado por ele como ‘ofensivo à família brasileira’ e atentasse contra os ‘bons costumes’”. No mesmo ano em que toma posse do cargo, em 15 de novembro, instaura uma ação que ficou conhecida como “Operação Sapatão”. O objetivo era prender o maior número de mulheres lésbicas possível, agindo principalmente nos bares que costumavam frequentar, cujos nomes eram Cachação, Bexiguinha e Ferro’s Bar. Os grupos Terra Maria, Ação Lésbico Feminista e Eros divulgaram e distribuíram um panfleto datilografado, registrando a perseguição da ditadura contra as lésbicas de São Paulo:

Sábado, dia 15 de novembro de 1980, por volta das 23 horas, entrou novamente em ação o aparato repressivo comandado pelo delegado Richetti.

Dessa vez o alvo das incursões noturnas de nossa polícia foram os bares Cachação, Ferro’s Bar e Bexiguinha. As mulheres que lá se encontravam, munidas de todos os documentos, inclusive de carteira profissional, foram levadas indiscriminadamente sob o seguinte argumento:

“VOCÊ É SAPATÃO”.

Na 2ª delegacia de polícia foi constatado que os policiais recebiam dinheiro para libertarem as pessoas, sendo que aquelas que não o possuíam lá permaneceram. Estamos novamente às voltas com a ação violenta da polícia, ação essa que outra vez ficará impune no que diz respeito às autoridades.

Denunciamos neste documento esta impunidade e repudiamos tais atos. Neste sentido, conclamamos a população a se solidarizar conosco;

“PELA LIVRE OPÇÃO SEXUAL”

“PELO LIVRE DIREITO DE IR E VIR”

“CONTRA A REPRESSÃO SEXUAL”

“CONTRA A REPRESSÃO POLICIAL” GRUPOS

Terra Maria

AÇÃO LF

EROS

SÁBADO, DIA 15 DE NOVEMBRO, POR VOLTA DAS 23 HORAS, ENTROU NOVAMENTE EM AÇÃO O APARATO REPRESSIVO COMANDADO PELO DELEGADO RICHETTI. DESSA VEZ O ALVO DAS INCURSÕES NOTURNAS DE NOSSA POLÍCIA FORAM OS BARES CACHAÇÃO, FERRO'S BAR E BEXIGUINHA. AS MULHERES QUE LÁ SE ENCONTRAVAM, MUNIDAS DE TODOS OS DOCUMENTOS, INCLUSIVE DE CARTEIRA PROFISSIONAL, FORAM LEVADAS INDISCRIMINADAMENTE COM O SEGUINTE ARGUMENTO:

- " VOCÊ É SAPATÃO ".

NA 4ª DELEGACIA DE POLÍCIA FOI CONSTATADO QUE OS POLICIAIS RECEBIAM DINHEIRO PARA LIBERTAREM AS PESSOAS, SENDO QUE AQUELAS QUE NÃO O POSSUÍAM LÁ PERMANECERAM.

ESTAMOS NOVAMENTE ÀS VOLTAS COM A AÇÃO VIOLENTA DA POLÍCIA, AÇÃO ESSA QUE OUTRA VEZ FICARA IMPUNE NO QUE DIZ RESPEITO ÀS AUTORIDADES.

DENUNCIAMOS NESTE DOCUMENTO ESTA IMPUNIDADE E REPUDIAMOS TAIS ATOS. NESTE SENTIDO, CONCLAMAMOS A POPULAÇÃO A SE SOLIDARIZAR CONOSCO;

- " PELA LIVRE OPÇÃO SEXUAL "
- " PELO LIVRE DIREITO DE IR E VIR "
- " CONTRA A REPRESSÃO SEXUAL "
- " CONTRA A REPRESSÃO POLICIAL "

GRUPOS  
TERRA MARIA  
AÇÃO L F  
EROS

# OPERAÇÃO - SAPATÃO

— Pega aquela ali!

A estudante de 22 anos estava num ponto de ônibus da rua Martinho Prado, em São Paulo, na noite de 15 de novembro. Nem assim escapou da **Operação-Sapatão** do delegado Richetti.

— Parece que a gente tem uma estrela na testa — diz ela, um mês depois.

A rua Martinho Prado faz parte do **gueto** das lésbicas, palavra que elas usam para designar os bares que frequentam. Nessa rua está o Ferro's, o mais tradicional ponto de encontro desde a década de 60. Local de frequentadoras famosas, como as moças da seleção brasileira de basquete de vinte anos atrás. Quase todas da cidade de Piracicaba. Quando vinham à capital, iam pro Ferro's direto.

Mais recentemente, coisa de cinco anos pra cá, perto desse bar nasceram vários outros: Cachação, Canapé, Último Tango. Em 15 de novembro, todos esses lugares foram invadidos pela polícia. Quem fosse (ou tivesse cara de) lésbica, ia pro camburão. Não importava que tivesse documentos, carteira profissional assinada...

— Me levaram pra dentro do Cachação — conta a moça de 22 anos — e fui logo mostrando meus documentos. Mas o polícia disse: não interessa documento, você é **sapatão**.

O camburão deixou a moça — como também os outros 200 presos — na 4ª Delegacia de Polícia, numa travessa da rua Augusta. Ela ficou lá de meia-noite às três da manhã. E só saiu depois de dar dinheiro.

— Primeiro me colocaram numa cela com mais 50 pessoas — continua a estudante — e mais tarde houve uma seleção. Quem tivesse boa aparência, estivesse bem vestido, era tirado pra outra cela. Junto ao policial que fazia essa escolha estava uma lésbica que conhecia a turma presa e ajudava na triagem.

A moça — que não quis dar seu nome — diz que



O novo bar, só pra mulheres

numa certa altura começou a se falar em dinheiro. Ela escutou alguém na cela (uma assistente social encanada) dizer: eu pago 2 mil. Af ela notou que ia ter que desembolsar alguma coisa pra sair livre e ficou apavorada:

— Eu só tinha 100 cruzeiros no bolso.

Ela não sabe direito quem recabia esse dinheiro das presas. ("Talvez um funcionário subalterno".) Sabe, sim, que quem dava mais saía mais cedo. E ela, uma das últimas, deixou os Cr\$ 100, apavorada:

— Pensei que não aceitassem tão pouco.

No fim, todo mundo teve que pagar. Quanto tivesse. A moça não viu ninguém sendo fichado, mas a polícia ficou com os nomes e os números de todas.

Um mês depois dessa operação, o ambiente na rua Martinho Prado era desalentador. Bares e boates vazias. Até na rua, pouca circulação. Sinal de que daqui pra frente as lésbicas não terão sossego nem nos poucos bares "em que são confinadas", como se expressa a estudante de 22 anos.

Ela circula no **gueto** desde os 17 anos e precisa muito disso:

— Só nesses bares a gente encontra gente como nós, só lá somos aceitas, estamos em casa.

Fora desses lugares — em casa, no trabalho, na escola — o que existe é discriminação:

— Até na Universidade de São Paulo — continua a estudante — onde as pessoas se consideram avançadas, os homossexuais não são aceitos. Principalmente as lésbicas. No trabalho, quando descobrem, somos mandadas embora. Lá em casa minha mãe não consegue entender por que eu sou assim, por mais que eu tente mostrar a ela que estou bem assim, não tenho nada de anormal.

No emprego, pra se manter, a lésbica tem que trabalhar mais do que as outras, pois além de tudo ela não vai dar pro patrão.

Agressões verbais na rua ela ouve demais. Acha que o homem vê na lésbica uma rival:

— O homem pensa assim: essa aí não dá pra mim e ainda pode roubar minha mulher.

Pra lutar contra essas violências dirigidas às lésbicas e aos homossexuais, já existem oito grupos organizados em São Paulo. Dois mistos, quatro de homossexuais e dois de lésbicas. Todos estão em formação, pois começaram mesmo nos primeiros meses de 1980, quando o delegado Richetti promoveu os famosos **rondões** que caçavam travestis. Para esses grupos organizados, as ações da polícia em novembro foram uma continuação daqueles **rondões**. Mas, apesar desse clima todo, a dona do bar Cachação, conhecida por **Peilé**, não está muito preocupada e até fala bem de Richetti:

— Conversei com ele, fui muito bem tratada e concordei com ele em que a **Operação-Sapatão** foi um mal necessário. Havia mais elementos que frequentavam aqui e agora sumiram.

Confiante nos negócios, **Peilé** inaugurou, no dia 11 de dezembro, uma nova boate. Só para mulheres.

Omar Cupini Jr.

REPORTER Nº 37 - JANEIRO DE 1981 - PÁGINA 15

"Operação Sapatão", matéria assinada por Osmar Cupini Júnior no jornal *Repórter*, número 37, em janeiro de 1981.

O "Ação Lésbico Feminista", que assina o panfleto de denúncia, era uma célula do grupo SOMOS-SP (Grupo de Afirmação Homossexual de São Paulo), que foi fundado, inicialmente, a partir da criação do jornal *Lampião da Esquina* (1978 – 1981). O *Lampião* nasceu em meio ao cenário da imprensa alternativa no final dos anos 1970, no contexto do processo de abertura política e do enfraquecimento da censura imposta, durante a ditadura militar, no Brasil. Entre seus editores e colaboradores estavam jornalistas como Adão Acosta, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Francisco Bittencourt, Gasparino da Matta, João Antônio Mascarenhas, o escritor João Silvério Trevisan e o crítico de cinema Jean-Claude Bernardet. O ano de criação do Somos e do *Lampião da Esquina*, 1978, é considerado, na historiografia do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil, o marco canônico do início dos movimentos políticos pela liberação sexual no nosso país. O *Lampião*

foi lançado mais precisamente em abril daquele ano e, de acordo com Carlos Eduardo Figari, no texto intitulado “Somos, grupo”, do Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe:

Concomitantemente, no mesmo mês de abril, realizava-se em São Paulo a Semana do Movimento da Convergência Socialista, organizada pela revista Versus. Com a pretensão de assentar as bases para a fundação de um partido socialista, realizavam-se discussões que iam desde a anistia e uma futura Constituinte até a imprensa alternativa. Um setor da organização não via com bons olhos a inclusão da questão homossexual na agenda, pois achava que de alguma maneira isso afastaria a classe operária. Por essa razão, foi descartado o convite ao jornal *Lampião*. Isso gerou uma moção de protesto e um vivo debate sobre a questão. Um grupo mais organizado de homossexuais participou da discussão, chegando-se afinal a um acordo sobre o apoio às “minorias”, então enumeradas como: mulheres, negros, índios e homossexuais. Essa participação em uma discussão sobre a posição da homossexualidade no contexto da “luta maior” colocou a questão homossexual na arena do debate político e motivou o grupo a prosseguir com a discussão.

A resistência da militância de esquerda, conhecida como ‘luta maior’, que defendia a prioridade dos temas relacionados ao proletariado e via as questões minoritárias como potenciais divisoras da luta central contra o regime autoritário, despertou um alerta entre os homossexuais presentes. O escritor João Silvério Trevisan, um dos colaboradores do *Lampião da Esquina*, era um dos homens gays que estavam na Semana do Movimento da Convergência Socialista. Ele relata, no mini documentário produzido pelo canal do YouTube da USP sobre LGBTs na ditadura, que, durante o debate, ao se deparar com os preconceitos da esquerda, que temia dividir a causa operária, subiu em uma cadeira e, revoltado, gritou que não estava ali para converter ninguém, mas para resolver problemas que precisavam ser discutidos. Em seguida, pediu que, se houvesse homossexuais na sala, eles se manifestassem. Gays e lésbicas levantaram aos poucos, se assumindo publicamente, além de fazerem denúncias sobre professores e colegas de esquerda que não aceitavam bem a homossexualidade. Naquele momento, o SOMOS estava se formando. Uma dessas estudantes era Marisa Fernandes, uma mulher lésbica que se juntou ao grupo e que, mais tarde, faria parte do GALF e do boletim *ChanaComChana*.

A partir de 1978, muitas mulheres começaram a participar das reuniões do SOMOS, e logo surgiu a necessidade de organizar suas próprias pautas, o que levou à criação de uma célula interna do grupo. Marisa Fernandes relata que as discussões nas reuniões eram, em sua maioria, focadas nos homens homossexuais e, para ela, o mais inadmissível era o uso de termos misóginos, como ‘rachas’ ou ‘rachadas’, ao se referirem às mulheres lésbicas cisgêneras.

As lésbicas do SOMOS foram convocadas pelo *Lampião da Esquina* a ocuparem o número 12 do jornal, de maio de 1979. Elas reuniram vinte e cinco integrantes do SOMOS que antes estavam dispersas e produziram alguns textos para a publicação. Ao se darem conta, de forma conjunta, dos frequentes problemas com homens gays que compunham a militância homossexual, decidiram construir um subgrupo que chamaram de Lésbico Feminista, ou LF, como era conhecido.



Lampião da Esquina, Ano 1 – Número 12, em maio de 1979. Fonte: CEDOC – Centro de Documentação Professor Dr. Luiz Mott.

O texto assinado pelo coletivo de lésbicas foi intitulado “Nós <também> estamos aí”. Com o “também” adicionado na tipografia do jornal com letra escrita à mão, em cima de uma seta curvada, utilizada para conectar visualmente a adição manuscrita (“também”) ao resto da frase (“Nós estamos aí”), indicavam estrategicamente uma continuidade ou uma expansão do significado original. O primeiro texto assinado pelo coletivo de lésbicas do SOMOS parece expressar a chegada tardia das sapatões ao espaço de visibilidade e discussão produzido por homens gays. O artigo parece tomar uma forma de resistência e luta por reconhecimento, em contraste com o silenciamento histórico.

Como você sabe, depois de um ano de existência do jornal, é a primeira vez que viemos dar nossa contribuição. Adiantamos que é brincadeira do seu vizinho, do seu primo ou daquela amiga, dizer que aparecemos porque nós, mulheres, adoramos festinhas de aniversário. Quer dizer, de festa nós gostamos e muito, mas garantimos que não foi por isso. Vamos nos conhecer e você verá.

Nós estamos chegando atrasadas e não é apenas porque o *Lampião* já tem um ano, já anda, fala muita coisa, balbucia outro tanto. Nós estamos atrasadas porque existimos, mas sempre abdicamos de existir.

Existimos nos cochichos, nos bochichos, em algum barzinho, em algumas boates, n’alguma cama com algum corpo, nas fantasias e sonhos que, na maioria das vezes, arquivamos desde sempre.

Ao chegarem atrasadas, as autoras ainda afirmam que “ninguém melhor do que nós para lutarmos contra a opressão a que estamos submetidas”, afirmando, finalmente, através de um dos principais veículos da imprensa alternativa brasileira, que é necessário trilhar um caminho próprio, ao invés de se contentar com atrasadas migalhas.



*Lampião da Esquina*, Ano 1 - Número 12, em maio de 1979. Fonte: CEDOC - Centro de Documentação Professor Dr. Luiz Mott.

A insurgência das mulheres lésbicas contra as opressões que sofriam na sociedade – sobretudo a invisibilidade, o apagamento – motivou o grupo do LF a se desvincular do SOMOS e a fundar um grupo próprio, GALF – Grupo de Ação Lésbico-Feminista, que mais tarde viria a fundar o seu próprio jornal que chamaram, de forma humorada e transgressiva, de *ChanaComChana*.

### Imprensa alternativa e o surgimento do primeiro jornal lésbico no Brasil

A imprensa alternativa desempenhou um papel crucial durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), funcionando como um importante canal de resistência à censura e à repressão imposta pelo regime. Enquanto os veículos de comunicação tradicionais estavam sujeitos ao controle direto do governo, a imprensa marginal – ou nanica, como era chamada por vezes – produzida por coletivos, movimentos sociais e grupos minoritários, oferecia espaço para a disseminação de ideias críticas, denúncias de violações de direitos humanos e a promoção de discursos contrários à narrativa oficial. No caso das mulheres lésbicas, publicações como o jornal *ChanaComChana*, criado pelo Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF), serviram como ferramentas de visibilidade e articulação política, enfrentando tanto o machismo e o heterossexismo da sociedade quanto o autoritarismo do Estado. Esses veículos não apenas documentaram as lutas de seus tempos, mas também contribuíram para a formação de redes de solidariedade e resistência, tornando-se fundamentais para a preservação da memória de movimentos de resistência e das vozes marginalizadas.

A ditadura civil-militar no Brasil, instaurada em 1964, foi marcada por intensas violações de direitos humanos, censura e repressão a qualquer forma de dissidência política. Durante mais de duas décadas, o regime silenciou opositores por meio de prisões arbitrárias, tortura e assassinatos, ao mesmo tempo em que controlava rigidamente os meios de comunicação de massa. Nesse cenário, movimentos sociais e minorias, como mulheres, negros, trabalhadores e a população LGBTQIA+, encontraram nas formas alternativas de expressão um espaço vital para a articulação de suas lutas.

O *Lampião da Esquina*, fundado em 1978, foi um dos jornais alternativos mais expressivos do movimento LGBTQIA+ no Brasil durante a ditadura, reunindo intelectuais, jornalistas e ativistas gays que buscavam enfrentar o preconceito e dar visibilidade às questões da população homossexual. Relacionado ao grupo SOMOS, uma das primeiras organizações do movimento homossexual brasileiro, o jornal tinha como objetivo combater a homofobia e discutir temas como política, cultura e sexualidade. No entanto, tanto o *Lampião da Esquina* quanto o SOMOS enfrentaram críticas por sua exclusão e marginalização das mulheres lésbicas. A única e supracitada edição do *Lampião da Esquina* dedicada inteiramente à questão lésbica foi a edição número 12, de 1979. Além dessa exceção, a organização do jornal era amplamente dominada por homens gays, e as pautas lésbicas, quando presentes, eram muitas vezes tratadas de forma secundária ou estereotipada.

Sendo assim, para as mulheres lésbicas, especificamente, a repressão se manifestava em várias camadas: além da perseguição política, enfrentavam o machismo dentro das organizações de esquerda, dentro dos grupos homossexuais, a lesbofobia dentro dos grupos feministas, além do heterossexismo na sociedade em geral. Esse apagamento motivou a criação de iniciativas próprias, como o GALF e o *ChanaComChana*, que procuravam dar voz às demandas específicas das lésbicas feministas, oferecendo um espaço de resistência autônomo e voltado à sua realidade.

Em seu texto “Breve resenha de algumas teorias lésbicas” (2014), Jules Falquet nos ajuda a entender um pouco sobre o contexto do surgimento do movimento social lésbico nas metrópoles ocidentais e sua relação estreita e ambivalente com o movimento homossexual, mas também com o movimento feminista:

O lesbianismo, como movimento social, aparece em finais dos anos 60, no mundo ocidental e em muitas metrópoles do Sul. Nasce em uma atmosfera de prosperidade econômica e de profundas mudanças sociais e políticas que incluem tanto o desenvolvimento da sociedade de consumo e a “modernidade” triunfante, como a descolonização e um auge das mais variadas perspectivas revolucionárias. Embora haja sido bastante menos estudado que o movimento dos direitos civis, negro, indígena, estudantil ou de mulheres, é um dos chamados “novos movimentos sociais” que surgem na época, desbordando as organizações de corte classista que dominavam até aquele momento. O movimento lésbico se desenvolve em estreita vinculação ideológica e organizativa com outros dois movimentos muito fortes: por um lado, o movimento feminista chamado de “Segunda Onda” e, por outro, com o movimento homossexual, que se vai construindo rapidamente depois da “insurreição urbana” de 1969 em Stonewall (“insurreição” que responde a uma provocação policial em bares homossexuais de Nova Iorque, e que hoje é celebrada a cada ano ao redor do mundo com as manifestações do “orgulho lésbico e gay”). (Falquet, 2014, p. 6)

Marisa Fernandes, mestre em História Social e uma das integrantes do GALF, diz em entrevista ao documentário *LGBTs no Regime Militar – As Lésbicas Feministas* (2018), do Canal USP no YouTube, que três meses “atuando junto com os gays” do SOMOS foram suficientes para que percebesse as atitudes machistas e discriminatórias dos companheiros de militância. Ela diz que esses dois componentes, ser mulher e ser homossexual, a levava a sofrer uma dupla discriminação. Nesse contexto, as mulheres lésbicas do GALF sentiram a necessidade de trilharem um caminho próprio tanto no que diz respeito à militância, como no que diz respeito à produção de uma mídia própria, com o boletim *ChanaComChana*, que se insere no contexto da imprensa alternativa lésbica e feminista dos anos 1980. Segundo Elizabeth Cardoso, em seu artigo “Imprensa Feminista Brasileira Pós-1974” (2004):

Tradicionalmente, a imprensa feminista é localizada entre os cerca de 150 jornais alternativos da década de 70. A existência concomitante com os alternativos e seu engajamento social e político nas questões da época fizeram com que a imprensa feminista fosse classificada como uma expressão da imprensa alternativa. Assim como existiram os alternativos voltados para a ecologia, para o humor, para o prazer, para a política, para a economia, haviam os jornais voltados para a questão feminista. Porém uma pesquisa específica sobre a imprensa feminista, desvendou a continuidade do gênero durante as décadas de 80, de 90 e até os nossos dias, enquanto a imprensa alternativa perdeu força, segundo o mesmo autor. (Cardoso, 2004, p. 37)

Ao examinar o conjunto desses periódicos de expressão feminista que emergem no contexto da ditadura pós-1974, Cardoso chega a uma classificação em dois grupos: “a primeira geração, contemporânea dos jornais alternativos e, de forma geral, voltada para a questão de classe, e a segunda geração, grupo de periódicos feministas editados a partir de 1981, de forma geral, voltada para a questão de gênero” (Idem, p. 37 e 38). Cardoso afirma que é importante considerar que a divisão proposta é apenas estratégica e com fins analíticos, e que não pretende encerrar os periódicos nessas duas linhagens. No entanto, é importante observar as características que ela encontra nos marcos temporais que propõe:

Em linhas gerais, porém, foi possível traçar características das publicações da primeira geração e características das publicações da segunda geração. Nota-se que, enquanto a primeira está marcada pelo debate entre “questão da mulher” versus “questão geral”, feminismo liberal versus feminismo marxista ortodoxo, por reivindicações de ações públicas que coloquem as mulheres em igualdade com homens, pela questão da autonomia partidária e pelo combate à ditadura, já a segunda geração da imprensa feminista incorpora o conceito de gênero, assume os temas relacionados direta e exclusivamente às mulheres (como sexualidade, planejamento familiar e violência contra a mulher); tende para a especialização por temas; luta pelo direito à diferença e opera em parceria com um novo ator social, a sociedade civil organizada, na forma de ONGs e associações voltadas para a questão de gênero. (Cardoso, 2004, p. 38)

Quanto ao contexto do regime político em vigor, ela ressalta que a primeira geração se dedica com mais vigor à denúncia da repressão, ao pedido por anistia, autonomia partidária; enquanto a segunda aborda temas como abertura democrática, constituinte, maior participação da mulher no sistema partidário etc. (Idem, p. 39).

Já o marco histórico para a divisão em duas gerações é tido como o II Congresso da Mulher Paulista, que ocorreu em 1980 e foi marcado por embates entre as demandas das mulheres e as da esquerda tradicional que vinham há algum tempo lutando contra a ditadura.

Para Cardoso, o *ChanaComChana* possui as principais características da segunda geração dos periódicos feministas pós-1974 por focar exclusivamente na questão da mulher e sua diferença (a lesbianidade), e ao se contrapor ao tema da busca por igualdade entre homens e mulheres. O conteúdo do *ChanaComChana* se dedica a relatar eventos lésbico-feministas no Brasil e no mundo, a debater questões e enfrentamentos próprios de lésbicas – como sexualidade, relacionamentos, afeto –, além de tirinhas que questionavam com humor as relações tensionadas entre lésbicas e feministas tradicionais, entre lésbicas e instituições de atendimento à mulher, entre lésbicas e o aparato policial.

É importante ressaltar ainda que o nome *ChanaComChana* pode ser interpretado como uma provocação linguística e política que reflete o espírito subversivo do movimento lésbico em tempos de repressão e invisibilização. “Chana” é uma gíria popular e vulgar para a genitália feminina, e seu uso duplo, reforçado pela preposição “com”, subverte a linguagem normativa ao afirmar explicitamente a união entre vulvas. Esse título transgride os padrões morais e sociais da época, ao mesmo tempo em que assume uma postura de empoderamento e visibilidade lésbica. Ao utilizar uma palavra carregada de conotações populares e sexuais, o boletim reposiciona o desejo e a identidade lésbica em um espaço de resistência cultural e política, rompendo com a invisibilização imposta às sapatões.

### **O *ChanaComChana* é muito bacana**

O jornal paulistano *ChanaComChana*, de edição única, publicado em 1981, precedeu o boletim que foi produzido um ano depois, a partir de 1982 até 1987. Na edição 0 do jornal, temos na lateral esquerda da capa uma faixa preta com o título em branco e, após o título, um desenho de uma maçã partida, com sua polpa exposta, e uma mordida. O desenho do interior da maçã sugere a forma de uma vagina, a “chana”, que dá título ao periódico. No centro da capa a chamada para a entrevista exclusiva com Angela Ro Ro com as aspas da própria: “Não me envolvam, eu me envolvo”. Logo abaixo há uma fotografia P&B da artista cantando com intensidade na frente de um microfone.

Ro Ro era lésbica assumida e sofreu quatro vezes agressões das polícias civil e militar. Em uma dessas agressões, em 1984, perdeu a visão de um olho e a metade da audição. Em 1979, a cantora e compositora havia lançado seu primeiro LP, *Angela Ro Ro*, com a canção “Cheirando a amor”, que fala abertamente do preconceito sofrido por lésbicas: “Amor apertado, sou sua / Trancada com medo da rua / Se isso é pecado me puna / A culpa de amar livre e nua / Que preconceito barato / Que o cão caça o gato / Me morde e me desafia / Só meu olhar lhe arrepiá”.

Na entrevista, um grupo de seis lésbicas do GALF e do jornal entrevistam Ro Ro: Marisa, Maria Serrath, Silvana, Miriam, Cris e Conceição. A primeira pergunta expõe a naturalidade com que a cantora expunha o tema de sua sexualidade em seus shows, e como foi que começou essa relação entre artista e público:

**GRUPO** — Angela, nos seus shows observamos uma alternativa na relação artista-público. Há toda uma práxis contra a repressão. Todos se manifestam, existe um espaço aberto. Há inclusive muitas colocações suas literalmente lésbicas...

**ANGELA** — Eu, honestamente, não falo aquelas loucuras no show intencionalmente (rindo) sai porque sai. Quando em maio de 79, frente a 350 pessoas, a maioria amigos, eu subi ao palco do Teatro Ipanema para dar início a um trabalho, meus pés, minhas mãos, meu corpo todo tremia. Eu estava tomada de emoção, muito comovida. O coração aqui (na boca). Não dava mais. Aí eu gritei — SOCORRO! — e descobri que conversar ajudava a descontraír. Quando dei por mim estava no meio de uma história – da minha. Uma certa hora, eu ia usar o termo “a pessoa que eu amo”, mas lembrei que era um termo tão entendido, tão gay. Curti com a brincadeira dizendo no lugar “a mulher que eu amo”. (Jornal *ChanaComChana*, São Paulo, LF, n. 0, 1981)

A segunda página, onde continua a entrevista com a cantora, mostra um pouco da estética de zine e colagem do jornal. Nesta parte da conversa, as militantes do GALF perguntam a Ro Ro se ela se coloca como lésbica publicamente, ao que ela recusa o título, e diz que não se diz lésbica “hora nenhuma” e que todos somos dúbios e anfíbios, mas que ela não quer usar um nome que lhe foi dado, e que ela não escolheu. Existe então uma disputa de ideias entre um movimento identitário (as seis entrevistadoras), por um lado, que afirma a

identidade emergente “lésbica” publicamente e defende essa afirmação política, e a cantora do outro lado, que pouco se importa com o termo e diz que é “até muito bonita e a ilha [de Lesbos] mais ainda”, mas prefere expressar sua sexualidade sem amarras e classificações.

Há mais dois textos na primeira edição do jornal, um intitulado “Quem tem medo de Virginia Woolf”, escrito por Maria Carneiro da Cunha, uma advogada feminista e heterossexual. Com tom de conversa, o texto é uma resposta a uma carta de uma amiga de Maria, que ficou horrorizada com um grupo de mulheres intitulado Lésbico Feminista. O outro é de Miriam Martinho, uma das integrantes do GALF e editoras do jornal, que escreve um relato sobre o grupo militante com o título de “Exercício de Liberdade”. Em uma espécie de balanço, ela narra como o GALF já havia alterado a vida de suas integrantes, além de ter conseguido um espaço para as lésbicas no movimento feminista brasileiro – trazendo à pauta a questão da sexualidade que, segundo ela, era “sempre tão esquecida.” Além disso, conta que também conseguiram levar a pauta do feminismo para o Movimento Homossexual, “demonstrando estar a opressão do homossexual inteiramente ligada à opressão da mulher pelo homem” (Martinho, 1981, p. 4).

Marisa Fernandes, uma das integrantes do GALF e do *ChanaComChana*, relata que o movimento lésbico brasileiro teve um papel muito importante diante do movimento feminista brasileiro, porque trouxe ao debate a questão da sexualidade e tirou a pílula anticoncepcional do centro das pautas. As pautas da “luta maior”, das esquerdas, não eram a única questão que interessava às mulheres das classes populares. Questões sobre corpo, sexualidade e liberdade sexual também interessava a elas (Canal USP, 2018 – [LGBTs no Regime Militar] – As Lésbicas Feministas).

O movimento lésbico brasileiro ecoou, em suas reuniões e periódicos, reflexões que estavam sendo empreendidas por duas teóricas importantes para o pensamento lésbico internacional: a estadunidense Adrienne Rich em seu texto “Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica” originalmente escrito para o dossiê “Sexualidade” da revista *Signs* (1980), e a francesa Monique Wittig que escreveu “O pensamento hétero”, lido pela primeira vez em Nova Torque, em 1978, na *Modern Language Association Convention* e dedicado às lésbicas estadunidenses.

Wittig e Rich fazem parte do movimento de teóricas lésbicas que vão se multiplicando nos Estados Unidos e França no final dos anos 1970. Em sua produção teórica, passam a enxergar a heterossexualidade não só como uma mera sexualidade, mas como um sistema de poder. Nas palavras de Rich, a heterossexualidade é “[u]m feixe difuso de forças que abarcam desde a brutalidade física até o controle de consciência”. A heterossexualidade, pra Rich, deixa invisível a possibilidade lésbica. Esse é um dos muitos meios de reforço da heterossexualidade, que funciona como uma força de assegurar o direito masculino de acesso físico, econômico e emocional das mulheres. A heteronormatividade faz com que a nossa sociedade suponha que mulheres são heterossexuais de modo inato e isso acaba se tornando um obstáculo teórico e político para o feminismo (Rich, 1980, p. 35). Dentro deste sistema, a existência lésbica tem sido apagada, ou catalogada como doença, ou tratada como algo excepcional. Então, para as mulheres, a heterossexualidade acaba sendo algo imposto, administrado, propagandeado e mantido por força.

Wittig pronunciou, na leitura de seu texto “O pensamento hétero”, uma das frases mais conhecidas da teoria feminista: “As lésbicas não são mulheres”. Em seu texto, a autora propõe que o pensamento hétero é uma ideologia da diferença sexual, dando importância particular ao discurso como prática social, e às categorias discursivas que importam para a sua reflexão: “mulher”, “homem”, “sexo” e diferença. Ela deseja fugir da classe das mulheres, como parte do projeto de abolição do sexo como categoria de organização dos corpos.

No primeiro número do boletim *ChanaComChana*, publicado em dezembro de 1982, dando continuidade ao jornal de 1981, mas com um formato mais informal e econômico, temos uma tirinha de Miriam Martinho que exemplifica esse lugar social da lésbica, fora da categoria social “mulher”, conforme sugerido por Wittig. Na cena do quadrinho, três lésbicas entram em uma sala de atendimento do SOS Mulher. Uma senhora está sentada em uma escrivaninha e pergunta: “Como posso ajudá-las?”. Ao fundo, há um cartaz colado na parede onde está escrito: “Não sofra calada. Denuncie aqui o seu caso de discriminação”. As três mulheres alegam que uma foi demitida do emprego, outra expulsa de casa e a terceira expulsa da escola. A atendente questiona o motivo alegado, ao que elas, em uníssono, gritam: “SOMOS LÉSBICAS!”. Espantada e ruborizada, a funcionária pede para que elas voltem no dia seguinte, sob o argumento de que “À tarde só atendemos mulheres”. As três personagens terminam a tirinha confusas e frustradas: as lésbicas não são mulheres?

O *ChanaComChana*, em formato de boletim, era composto por uma capa feita de colagens, a logo escrito CHANACOMCHANA, tudo junto no topo, abaixo a inscrição “Grupo de Ação Lésbico Feminista” e, ao lado

esquerdo, dois símbolos do feminino entrelaçados. Eram publicados textos ensaísticos, artigos, poemas, contos, resenhas, notícias, entrevistas, tirinhas, anúncios, informes e cartas das leitoras. Na seção de poesias, era comum ver poemas de Vange Leonel, de Miriam Martinho e na edição número 5, de maio de 1984, há até mesmo um poema de Ana Cristina César.



Jornal *ChanaComChana*, publicado em São Paulo pelo Grupo Lésbico-Feminista (LF), número 0, em 1981 e Boletim *ChanaComChana*, publicado em São Paulo, pelo Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF), número 1 em 1982.

### A Revolta do Ferro's Bar

O boletim passa a ser distribuído por correios, através de assinaturas ou no boca-a-boca, nos guetos lésbicos do centro de São Paulo – sobretudo nos bares que foram alvos da “Operação Sapatão” de Richetti. Um dos principais bares era o Ferro's Bar. O dono do Ferro's passa a proibir a distribuição do *ChanaComChana* e também que as lésbicas frequentem o local. Rosely Roth, uma das integrantes do GALF e do *Chana*, encabeça então um levante, que ficou conhecido como “Revolta do Ferro's Bar”, chamado também de Stonewall Brasileiro – em menção à revolta LGBTQIAPN+ contra a violência policial nos Estados Unidos, um marco histórico do movimento internacional. Na edição número 4 do boletim, com a capa dedicada ao ocorrido, há um longo relato do episódio. Em um trecho, Vanda, como assina a autora, descreve as violências que as integrantes do GALF e editoras do boletim vinham sofrendo no recinto:

O que Rosely denuncia começara há quase dois meses. Todos os sábados, quando íamos vender o boletim *ChanaComChana* no Ferro's éramos agredidas pelo porteiro — com ameaças ou com puxões de braço para que nos retirássemos. Até que no dia 23 de julho último, a barra pesou mais: um dos donos do bar, seu segurança e seu porteiro tentaram concretizar a expulsão, através de agressões físicas. Mas não foram felizes nesse primeiro intento. Enquanto nos puxavam para o lado de fora, parte das lésbicas — que compram o boletim e conversam com as moçoilas do GALF — nos seguravam lá dentro. Belo corpo-a-corpo: dos que têm a força da ordem e da lei contra os que ganharam no dia-a-dia uma força física e interior para poder ‘viver’ numa sociedade onde a regra é ser heterossexual. Quem foge desse padrão, é pervertida (o), louca (o), imatura (o) sexualmente. E, definitivamente, não merece compartilhar das benesses desse paraíso terrestre.

Alegando que nós estávamos fazendo “arruaça” dentro de tão comportado ambiente, o dono chamou a polícia. Os policiais chegaram, ouviram as argumentações do dono, as nossas, as das lésbicas não militantes que nos apoiam. E, estranhamente, um deles respondeu que, como deviam ser imparciais, pois ‘os direitos são para todos os brasileiros’ não tomariam qualquer atitude contra nós. Puxaram o carro e pudemos jantar em meio às outras lésbicas, como sempre fazemos. Há também dias – ainda raríssimos, que são os da caça e não do caçador...

Foi uma vitória. Depois dela, muitas discussões no GALF. Já estávamos cheias de sermos agredidas ‘injustamente’ e pensávamos que o incidente podia se repetir mais vezes, talvez com mais apoio da polícia. Não queríamos ficar na defensiva. Precisávamos reconquistar nosso direito de vender o ChanaComChana no Ferro’s. Não só vendê-lo. Mas conversar com as lésbicas dos mais distintos estratos sociais e vivências pessoais. Não somos e não queremos ser elite ou vanguarda. (Boletim *ChanaComChana*, São Paulo, GALF, n. 4, 1983)

Depois desse ocorrido, elas prepararam um protesto, que chamaram de “*happening*”, por um mês. Distribuíram panfletos na porta do Ferro’s denunciando as violências que sofriam no local por serem lésbicas. Militantes de esquerda frequentavam o local e não sofriam as mesmas represálias ou constrangimentos. O evento ficou agendado para o dia 19 de agosto daquele mesmo ano. Elas convidaram integrantes de variados partidos comprometidos com causas democráticas: a deputada Ruth Escobar (PMDB), a vereadora Irene Cardoso (PT), o deputado Eduardo Suplicy (PT) e o líder da bancada do PT na Assembleia Legislativa, Marco Aurélio Ribeiro. Além disso, convidaram também a advogada Zulaiê Cobra Ribeiro, representante da OAB e da Comissão de Direitos Humanos.



Rosely Roth dentro do Ferro’s Bar, com demais manifestantes e frequentadoras do estabelecimento. Fonte: Acervo – Folha de São Paulo.

Marisa Fernandes descreveu aquele dia como uma grande aglomeração na frente do bar. Junto ao GALF também estavam homens gays integrantes do Grupo Outra Coisa – Ação Homossexualista. O porteiro do Ferro’s Bar usava um quepe, símbolo de sua autoridade. Um dos amigos gays das militantes, em um momento de descuido do porteiro, tomou seu chapéu e o arremessou longe. Ele foi correndo buscar. Nesse momento, com as portas livres de seu cuidado, todas as pessoas que se aglomeravam do lado de fora adentraram o espaço interno do bar. Rosely Roth subiu em uma cadeira e discursou. Com imprensa e convidados de diversos partidos políticos, o dono do bar é convencido, publicamente, a permitir a presença das militantes e a distribuição do jornal no bar.

A repercussão do happening político do Ferro’s abriu espaços sociais para o GALF em dois sentidos. Entre as lésbicas, muitas vieram participar do grupo. As que ainda não querem militar já leem nosso boletim com outros olhos e discutem mais conosco. Sabemos que a libertação individual é um processo a longo prazo. Sabemos, também, que na História a militância sempre foi um gesto de muito poucos e dentro de espaços delimitados – por exemplo, os partidos políticos. (Boletim *ChanaComChana*, São Paulo, GALF, n.4, 1983)

O dia da Revolta do Ferro's Bar ficou marcado na história do movimento LGBTQIAPN+ brasileiro. Em 2003, na esteira de suas conquistas e lutas, essa data foi oficializada e passou a ser comemorada como o Dia Nacional do Orgulho Lésbico, um momento de celebração, mas também de reflexão sobre as lutas e conquistas das mulheres lésbicas no Brasil. É um dia para reforçar a visibilidade lésbica, lembrar os desafios históricos enfrentados, como a violência e discriminação, e para continuar lutando por igualdade de direitos e inclusão. Além disso, o 29 de agosto também é uma data importante: o Dia da Visibilidade Lésbica, que marca a fundação do primeiro Encontro Nacional de Lésbicas, ocorrido em 1996. Assim, agosto passou a ser considerado o "Mês da Visibilidade Lésbica", com diversas ações e atividades de conscientização e resistência.

Por fim, GALF e seu boletim tinham um comprometimento muito grande com a produção de rede, conscientização e acolhimento para mulheres lésbicas. Fazê-las sentir que possuíam um meio de comunicação que pudesse produzir um sentimento de coletivização era fundamental. Em um tempo anterior à *internet*, a circulação da materialidade do jornal, os guetos, as assinaturas, a possibilidade de escreverem cartas que eram publicadas no boletim, dava às lésbicas de todo o país a possibilidade de pertencimento e de que podiam ser ouvidas. Em meio a tanta invisibilização, à esquerda, no feminismo, no movimento homossexual, a *ChanaComChana* trouxe visibilidade e afeto.

---

\* **Dri Azevedo** foi prof. substitute de Teoria Literária na UFRJ e atualmente é pesquisadora de pós-doutorado pelo departamento de Ciência da Literatura na mesma instituição, além de fazer parte da equipe de coordenação do Laboratório de Teorias e Práticas Feministas do PACC-UFRJ.

### Referências bibliográficas

BOLETIM CHANACOMCHANA, São Paulo, GALF, n. 1, 1982.

BOLETIM CHANACOMCHANA, São Paulo, GALF, n. 4, 1983.

CARDOSO, Elizabeth da P. "Imprensa feminista brasileira pós-1974". 2004. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 12 (N.E.): 264, setembro-dezembro/2004.

COLAÇO, Rita. *Operação Sapatao – Richetti 15 nov 1980*. Disponível em: <<https://memoriamhb.blogspot.com/2009/04/operacao-sapatao-richetti-15-nov-1980.html>> Acessado em 11 de outubro de 2024.

FALQUET, Jules. "Breve resenha de algumas teorias lésbicas". Site Heresia Lésbica, 2014. Disponível em: <<https://heresialesbica.noblogs.org/files/2014/04/br-eve-resenha-teorias-lesbicas-jules-falquet.pdf>> Acessado em 11 de outubro de 2024.

FIGARI, Eduardo Cardoso. "Somos, grupo". Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe. Disponível em: <<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-somos-grupo-2>>. Acesso em 11 de outubro de 2024.

JORNAL CHANACOMCHANA, São Paulo, LF, n. 0, 1981.

JORNAL LAMPILÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro, n. 12, 1979. Disponível em: <<https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1104/2458/16-LAMPILAO-DA-ESQUINA-EDICAO-12-MAIO-1979.pdf>> Acesso em 11 de outubro de 2024.

KUMPERA, Julia. *Sociabilidade lésbica e violência policial em São Paulo. Memorial da Resistência de São Paulo*. Disponível em: <<https://memorialdaresistenciasp.org.br/sociabilidade-lesbica-e-violencia-policial-em-sao-paulo/>> Acessado em 11 de outubro de 2024.

OLIVEIRA, Juliana Farias. "Quem tem medo de sapatao? Resistência lésbica à Ditadura Civil-Militar (1964-1985)". *Periodicus*: n. 7, v. 1 maio-out. 2017p. 06-19.

RICH, A. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades, [S.L.], v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>>. Acesso em: 11 out. 2024.

SÉRIE "LGBTS NO REGIME MILITAR". Canal USP, YouTube, agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLAudUnJeNg4vYW7jaYtUnXd1z2TYHqUdS>> Acessado em 11 de outubro de 2024.

VILARDAGA, Vicente. *A vergonhosa Operação Tarântula*. Folha de São Paulo, 20 de junho de 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/blogs/andancas-na-metropole/2024/06/a-vergonhosa-operacao-tarantula.shtml>> Acessado em 11 de outubro de 2024.

WITTIG, Monique. "O Pensamento Hétero". 1980. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7546660/mod\\_resource/content/2/Wittig%20-%20O%20pensamento%20h%C3%A9tero.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7546660/mod_resource/content/2/Wittig%20-%20O%20pensamento%20h%C3%A9tero.pdf)> Acesso em 11 de outubro de 2024.